

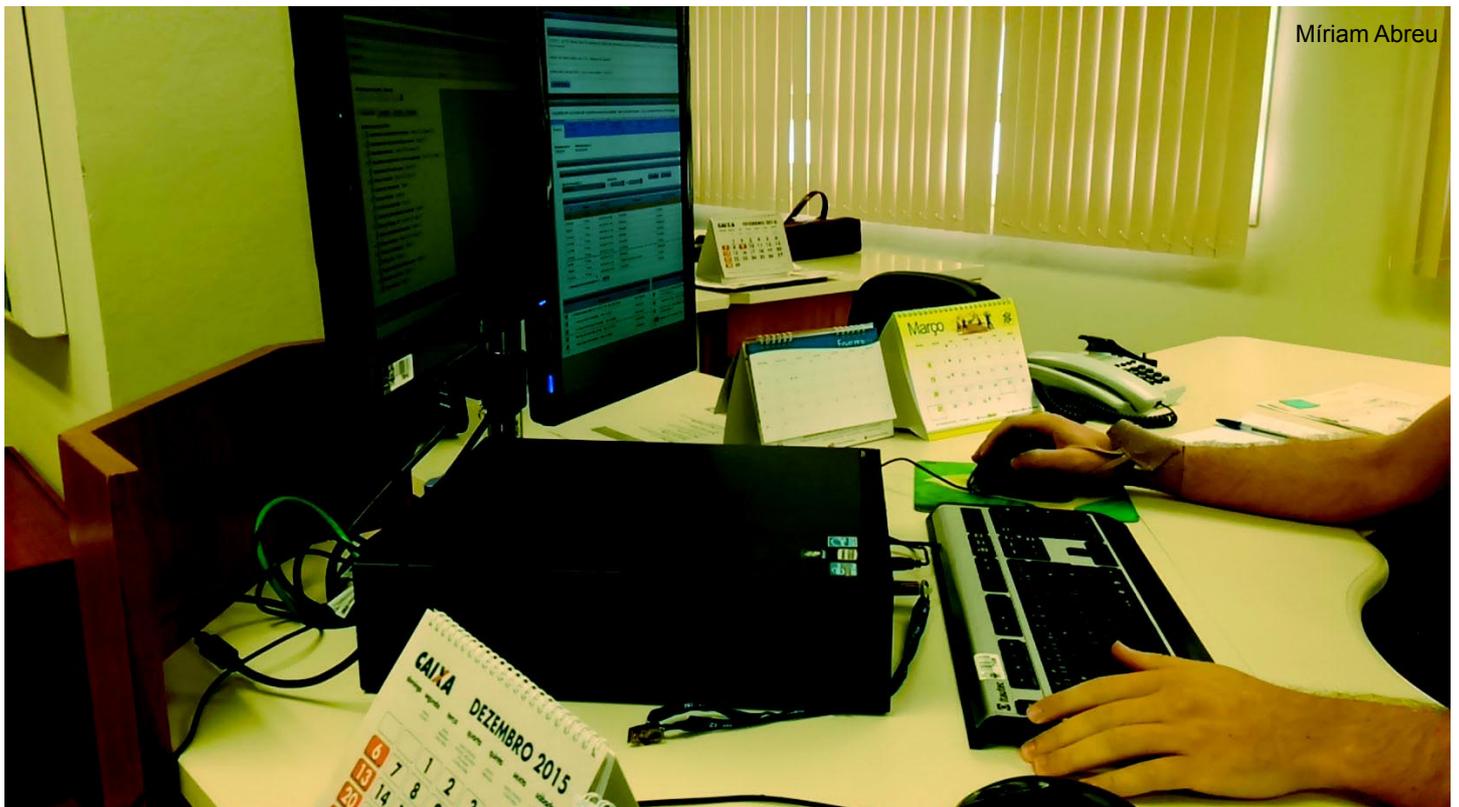


Boletim do Judiciário Federal

Quarta-feira, 16/03/2016- nº1372

Documentos somem e provam falhas no PJe-JT

Ata de audiência de instrução e julgamento dos autos de reclamação trabalhista desapareceu do acompanhamento processual em Vara na Bahia



Miriam Abreu

A nova versão do sistema implantada este ano, como tem acontecido outras vezes, busca resolver problemas, mas traz outros

Sintrajusc Legal tira dúvidas de servidores

Ata de audiência some de acompanhamento processual do PJe

Míriam Abreu

O site *Migalhas*, na edição de 8 de março, publicou que, na vara do Trabalho de Senhor do Bonfim (BA), uma ata de audiência de instrução e julgamento dos autos de reclamação trabalhista desapareceu do acompanhamento processual. É mais uma demonstração de falibilidade no sistema do Processo Judicial Eletrônico (PJe).

O secretário de audiência anexou ao processo certidão na qual constava que, por inconsistência no sistema de audiências, a ata do processo fora substituída e a ata original, apagada do sistema (erro que, segundo o documento, é recorrente, e já aconteceu por diversas vezes em outros processos).

A certidão também explicita que o secretário teria buscado soluções junto ao setor de Informática e que houve tentativa de recuperação do documento por parte dos técnicos, mas sem sucesso.

CSJT apontou falhas

Não é a primeira vez que são apontadas falhas na segurança do PJe. Em 2014, o CSJT apontou diversos problemas na infraestrutura e no banco de dados do sistema, além de citar aspectos de qualidade de software a serem considerados, tais como testabilidade, interoperabilidade, modularização, escalabilidade, entre outros, que não teriam sido priorizados no PJe.

De acordo com o documento do Conselho, "a ausência de testes automatizados obriga a realização de testes manuais, o que é impraticável em virtude da escassez de recursos humanos alocados nessa área, bem como em função da exiguidade de tempo; e na tentativa de corrigir erros das versões anteriores,



Sintrajusc organizou campanhas por melhorias no processo eletrônico da JT

acaba-se introduzindo novos erros, criando este 'recall de releases' que resulta em desgaste para o projeto como um todo".

Depois de milhões gastos (o valor exato é desconhecido), a promessa do PJe era a de um Judiciário mais dinâmico, com diminuição do retrabalho, e nenhuma dessas promessas está sendo cumprida. Além disso, o acesso do cidadão comum está, por decorrência, cada vez mais obstado, porque é necessário o certificado digital para o peticionamento.

Para os servidores em Santa Catarina que trabalharam com o Provi, o sentimento é de frustração porque as falhas do PJe geram retrabalho constante e insegurança quanto aos dados fornecidos ao sistema. Isso provoca problemas de saúde físicos e emocionais ainda incalculáveis. Tais problemas poderiam ter sido evitados se o CJN e o CSJT tivessem ouvido seus servidores para construir um sistema nacional eficiente, a partir da experiência compartilhada dos tribunais. Lamentável.

EXPEDIENTE: Publicação do Sindicato dos Trabalhadores no Poder Judiciário Federal no Estado de Santa Catarina – Filiado à FENAJUFE - Rua dos Ilhéus, 118, sobreloja, sala 3, Edifício Jorge Daux, CEP 88010-560, Centro, Florianópolis/SC Fone/FAX: (048)3222.4668 - imprensa@sintrajusc.org.br - www.sintrajusc.org.br Produção: Míriam Santini de Abreu (MTb 8077/RS) - Tiragem: 500 exemplares

Cada nova versão do PJe produz "piorias" e dificulta o trabalho

Miriam Abreu

Assim como aconteceu na primeira instância da Justiça do Trabalho, na segunda instância os servidores também já sentem os efeitos da implantação do PJe. Há um número cada vez maior de processos em uma realidade de redução de quadro para dar conta deste acúmulo. Vale lembrar que os Gabinetes, assim como as Varas do Trabalho, geralmente não têm a lotação máxima fixada pelo CSJT por causa das licenças e férias.

Em Florianópolis, antes do PJe os servidores dos Gabinetes de Desembargadores lidavam em média com 25 a 30 processos por semana; agora a média é de 40, incluindo os processos físicos e sem contar os originários. Um dos entraves é a significativa demora para operar o sistema, em função da necessidade, entre outros problemas, de salvar todos os documentos em PDF.

Modernização onde?

Na primeira instância, a nova versão do sistema implantada este ano, como tem acontecido outras vezes, busca resolver problemas, mas traz outros. Um exemplo citado pelos servidores é a necessidade contínua de informação da senha pessoal. Praticamente a cada ato processual o sistema exige isso, chegando até a 100 vezes por dia.

De modo geral, a emissão de documentos como ofícios, alvarás e intimações leva cinco vezes mais tempo para ser feita em relação ao sistema antigo do TRT-SC, o Provi. Por aí já dá para ver a falácia de modernização do sistema em relação ao que o Tribunal já utilizava.

A versão mais recente também trouxe, por exem-



Promessa de modernização anunciada pelos Conselhos ainda não se concretizou

plo, uma limitação de seis meses para a pesquisa pelo nome da partes. Essa restrição de período não existia, e agora gera insegurança com relação aos resultados gerados. "Cada nova versão piora o sistema ou desativa o que estava funcionando", dizem servidores. Não são melhorias, são "piorias", porque os pequenos erros do PJe ao longo da jornada e as ações perdidas e reiniciadas do zero por causa dos travamentos vão somando tempo perdido, estresse e trabalho acumulado.

Soma-se a isso a ausência de teclas de atalho para executar funções no sistema, levando ao uso contínuo do mouse e ao cansaço das mãos e braços.

Este cenário fica ainda pior em face do aumento no número de processos e o enxuto quadro de servidores. Por isso é necessária a discussão sobre a revisão de metas e a redução de jornada de trabalho, pelo risco de adoecimento de servidores, realidade acentuada pelo uso deste sistema eletrônico da forma como foi adotado pelo CNJ e CSJT.



Curta e acompanha a nossa página!

[/sintrajusc.sindicatodostrabalhadores](https://www.facebook.com/sintrajusc.sindicatodostrabalhadores)

Apesar das críticas, sigilo ronda decisões sobre o sistema

Não é de hoje que, apesar das críticas, o PJe apresenta falhas mal explicadas e não corrigidas. Além disso, tudo o que se refere ao sistema é tratado a boca pequena e sob sigilo, virando uma caixa-preta no Judiciário, sobre a qual pesa a falta de transparência.

Em 2014, a OAB Nacional teve negado pedido de acesso à informação no qual solicitava uma série de esclarecimentos a respeito do PJe. Entre elas estava o acesso ao código-fonte, informações sobre a arquitetura do sistema, gastos feitos e solicitação de cópias de contratos.

Na época, o ex-ministro Joaquim Barbosa, então presidente do STF e do CNJ, argumentou que o PJe é propriedade intelectual da União em área de interesse estratégico nacional e, nessa condição, se insere na exceção à publicidade de informação prevista no parágrafo 1º do artigo 7º da Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011). Barbosa também negou o pedido de acesso às gravações das sessões do Comitê Gestor do PJe.

No final do ano passado a OAB Nacional divulgou que iria propor ao Congresso Nacional a alteração da lei que regulamenta o funcionamento do Processo Judicial Eletrônico. São propostas de alteração de redação, inclusão de artigos e revogação de trechos da lei nº 11.419/2006, que dispõe sobre a informatização do processo judicial.

As propostas levam em conta a melhoria da experiência de utilização do PJe, entre elas diminuir a instabilidade do sistema. Também prevêem que a utilização do PJe não seja imposta, mas facultada e estimulada. Já no art. 1º, a OAB propõe a alteração da redação para deixar claro que a utilização do peticionamento eletrônico não seja obrigatória quando o sistema estiver indisponível, ocorrer falta de energia, de internet ou qualquer outra eventualidade.

Dúvidas sem resposta

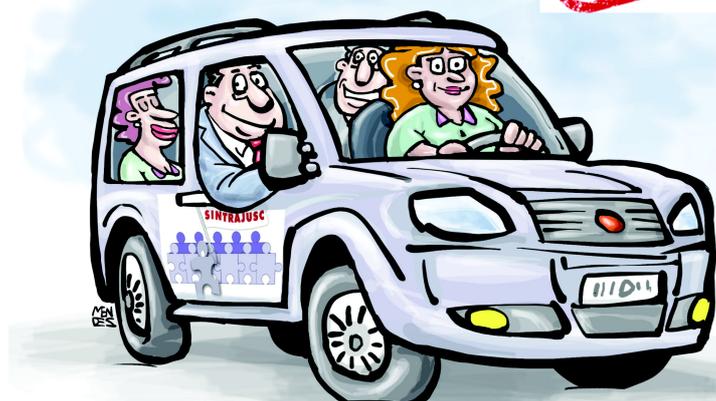
Depois de tantas dúvidas não respondidas, ficam as perguntas: por que um sistema tão ruim, que ainda não disse plenamente a que veio, é tão defendido pelos Conselhos? E por que não prestar as informações solicitadas? Por causa do conteúdo delas ou de quem elas podem atingir?

O SINTRAJUSC por duas vezes já se dirigiu ao CNJ e CSJT para obter informações sobre os gastos com o sistema e até agora também não obteve resposta. Estamos contratando assessoria especializada para ao menos ter uma ideia mais clara dos números envolvidos na criação e implantação do PJe.

Essas respostas são fundamentais para que haja transparência em relação ao sistema e aos valores gastos para sua implantação, a qual deveria, como está provado, ter sido melhor discutida com os operadores do Direito.

SINTRAJUSC

LEGAL



Sindicato em Itajaí e Balneário Camboriú

O Sindicato abriu 2016 com o programa “Sintrajusc Legal”, que irá percorrer as cidades do estado para conversar com os servidores sobre questões jurídicas em geral e tirar dúvidas sobre ações que tramitam na justiça e afetam direitos dos servidores. A cada conversa estarão presentes coordenadores do Sindicato e representantes da Assessoria Jurídica.

A primeira cidade visitada foi Criciúma e as próximas serão Itajaí e Balneário Camboriú, nesta quarta-feira, 16 (13h30 no auditório da Justiça Federal de Itajaí e 16 horas em Balneário Camboriú).